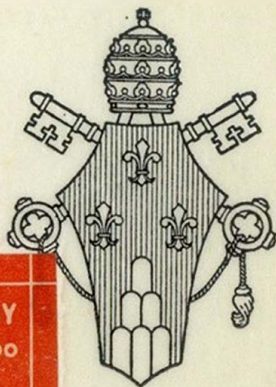


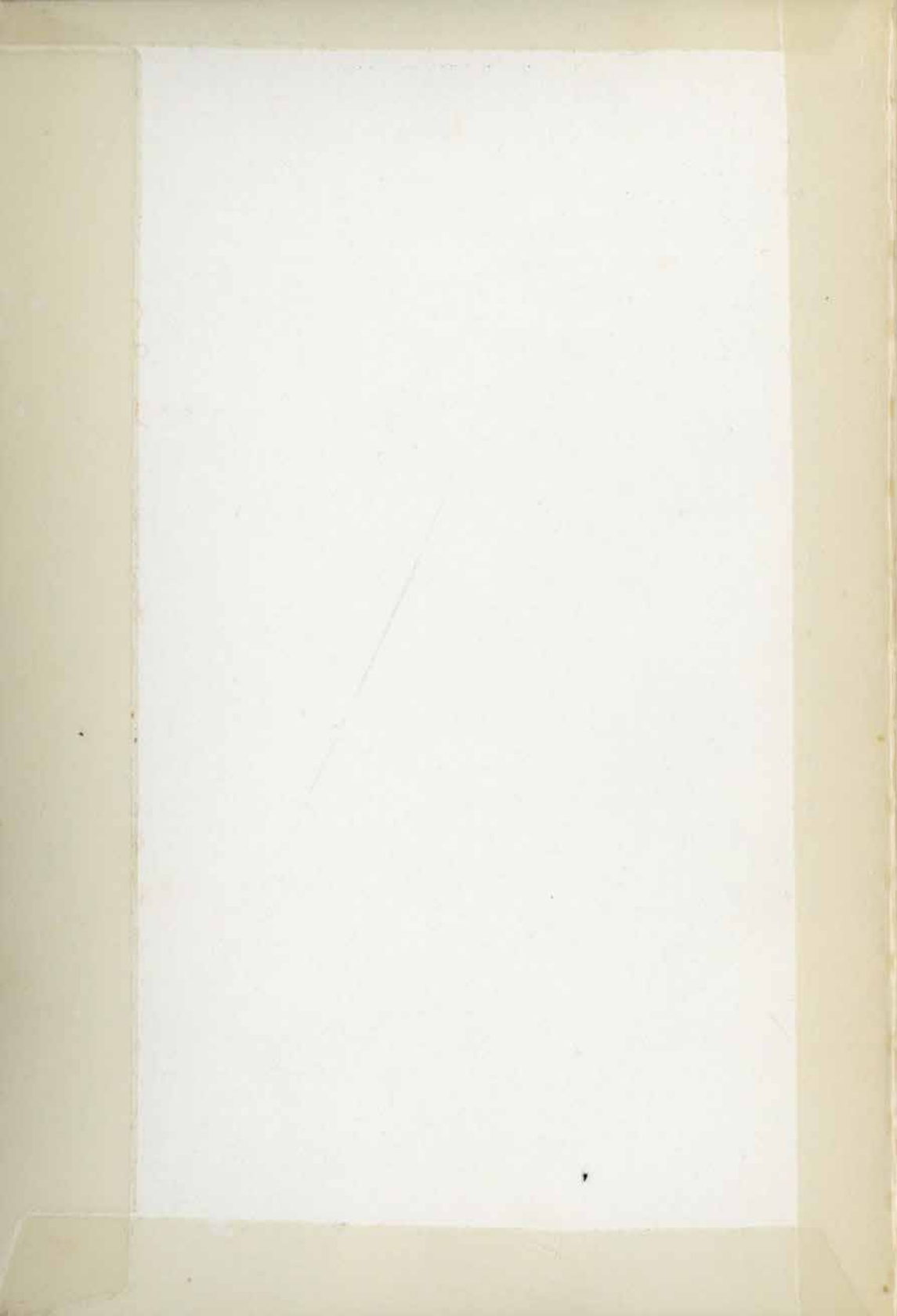
S. S. PAULO VI

POPULORUM PROGRESSIO



ASTER

LIVRARIA PETRONY
90, R. DA ASSUNÇÃO, 90
LISBOA



POPULORUM PROGRESSIO

DEV. H

933

COLECÇÃO

DOCUMENTOS PONTIFÍCIOS

1. — MATER ET MAGISTRA
S. S. JOÃO XXIII
2. — PACEM IN TERRIS
S. S. JOÃO XXIII
3. — ECCLESIAM SUAM
S. S. PAULO VI
4. — DISCURSOS AO CONCÍLIO
S. S. PAULO VI
5. — POPULORUM PROGRESSIO
S. S. PAULO VI

27-43/IGR

262.131
IGR

Oferta
2001-06-00

S. S. PAULO VI

POPULORUM PROGRESSIO

CARTA ENCÍCLICA SOBRE O
DESENVOLVIMENTO DOS POVOS



27 27138

EDITORIAL ASTER
LISBOA

INTRODUÇÃO

**A QUESTÃO SOCIAL ABRANGE
AGORA O MUNDO INTEIRO**

Desenvolvimento dos Povos

1. O desenvolvimento dos povos, especialmente daqueles que se esforçam por afastar a fome, a miséria, as doenças endémicas, a ignorância; que procuram uma participação mais ampla nos frutos da civilização, uma valorização mais activa das suas qualidades humanas; que se orientam com decisão para a sua plena realização, é seguido com atenção pela Igreja. Depois do Segundo Concílio Ecuménico do Vaticano, uma renovada consciencialização das exigências da mensagem evangélica traz à Igreja o dever de se pôr ao serviço dos homens para os ajudar a aprofundarem todas as dimensões de tão grave problema e para os convencer da urgência de uma acção solidária nesta viragem decisiva da História da Humanidade.

Doutrina social dos Papas

2. Nas grandes encíclicas *Rerum Novarum* ⁽¹⁾ de Leão XIII, *Quadragesimo Anno* ⁽²⁾ de Pio XI, *Mater et Magistra* ⁽³⁾ e *Pacem in Ter-*

ris ⁽⁴⁾ de João XXIII — não falando das mensagens de Pio XII ⁽⁵⁾ ao mundo — os Nossos predecessores não deixaram de cumprir o dever que lhes incumbia de projectar nas questões sociais do seu tempo a luz do Evangelho.

Fenómeno importante

3. Hoje, o fenómeno importante de que todos devem tomar consciência é o facto da universalidade da questão social. Claramente o afirmou João XXIII ⁽⁶⁾ e o Concílio fez-lhe eco com a Constituição pastoral sobre a *Igreja no mundo contemporâneo* ⁽⁷⁾. Este ensinamento é grave e a sua aplicação urgente. Os povos da fome dirigem-se hoje, de modo dramático, aos povos da opulência. A Igreja estremece perante este grito de angústia e convida cada um a responder com amor ao apelo do seu irmão.

As Nossas viagens

4. Antes da Nossa elevação ao Sumo Pontificado, duas viagens, uma, à América Latina (1960), outra à África (1962), puseram-Nos em contacto imediato com os lancinantes problemas que oprimem continentes tão cheios de vida e de esperança. Revestido da paternidade universal, por ocasião de novas viagens à Terra Santa e à

Índia, pudemos ver com os Nossos próprios olhos e como que tocar com as Nossas próprias mãos as gravíssimas dificuldades que assaltam povos de civilização antiga em luta com o problema do desenvolvimento. Enquanto decorria em Roma o Segundo Concílio Ecuménico do Vaticano, circunstâncias providenciais levaram-Nos a dirigir-Nos à Assembleia Geral das Nações Unidas: fizemo-Nos, diante deste vasto areópago, o advogado dos povos pobres.

Justiça e paz

5. E, ultimamente, no desejo de responder ao voto do Concílio e de concretizar a contribuição da Santa Sé para esta grande causa dos povos em via de desenvolvimento, julgámos ser Nosso dever criar, entre os organismos centrais da Igreja, uma comissão pontifícia encarregada de «suscitar em todo o povo de Deus o pleno conhecimento da missão que os tempos actuais reclamam dele, de maneira a promover o progresso dos povos mais pobres, a favorecer a justiça social entre as nações, a oferecer às que estão menos desenvolvidas um auxílio, de maneira que possam prover, por si próprias e para si próprias, aos seu progresso»: ⁽⁸⁾ *Justiça e paz* é o seu nome e o seu programa. Pensamos que este mesmo programa pode e deve unir, com os Nos-

soz filhos católicos e irmãos cristãos, os homens de boa vontade. Por isso, é a todos que hoje dirigimos este apelo solene a uma acção organizada para o desenvolvimento integral do Homem e para o desenvolvimento solidário da Humanidade.

PRIMEIRA PARTE

**PARA UM DESENVOLVIMENTO
INTEGRAL DO HOMEM**

Aspirações dos homens

6. Ser libertos da miséria, encontrar com mais segurança a subsistência, a saúde, um emprego estável; ter maior participação nas responsabilidades, excluindo qualquer opressão e situações que ofendam a sua dignidade de homens; ter maior instrução; numa palavra, realizar, conhecer e possuir mais, para ser mais: tal é a aspiração dos homens de hoje, quando um grande número de entre eles estão condenados a viver em condições que tornam illusório este legítimo desejo. Por outro lado, os povos que ainda há pouco tempo tempo conseguiram a independência nacional sentem a necessidade de acrescentar a esta liberdade política um crescimento autónomo e digno, tanto social como económico, a fim de garantirem aos cidadãos o seu pleno desenvolvimento humano e de ocuparem o lugar que lhes pertence no concerto das nações.

7. Diante da amplitude e urgência da obra a realizar, os meios herdados do passado, apesar de insuficientes, não deixam contudo de ser necessários. Sem dúvida, deve reconhecer-se que as potências colonizadoras se deixaram levar muitas vezes pelo próprio interesse, pelo poder ou pela glória, e a sua partida deixou, em alguns casos, uma situação económica vulnerável, apenas ligada, por exemplo, ao rendimento da monocultura sujeita a bruscas e consideráveis variações de preço. Reconhecendo, embora, os defeitos de certo colonialismo e das suas consequências, não podemos deixar, todavia, de prestar homenagem às qualidades e às realizações dos colonizadores que levaram a ciência e a técnica a tantas regiões deserdadas e nelas deixaram frutos felizes da sua presença. Por muito incompletas que sejam, permanecem as estruturas que fizeram recuar a ignorância e a doença, estabeleceram comunicações benéficas e melhoraram as condições de existência.

Desequilíbrio crescente

8. Dito e reconhecido isto, não resta dúvida alguma de que o equipamento existente está longe de bastar para se opor à dura realidade da economia moderna. Entregue a si mesmo, o seu me-

canismo arrasta o mundo, mais para a agravação que para a atenuação da disparidade dos níveis de vida: os povos ricos gozam de um crescimento rápido, enquanto os pobres se desenvolvem lentamente. O desequilíbrio aumenta: alguns produzem em excesso géneros alimentícios que faltam cruelmente a outros, enquanto se tornam incertas as exportações destes últimos.

Tomada de consciência cada vez maior

9. Ao mesmo tempo, os conflitos sociais propagaram-se em dimensões mundiais. A violenta inquietação que se apoderou das classes pobres, nos países em via de industrialização, atinge agora aqueles cuja economia é quase exclusivamente agrária: também os camponeses tomam consciência da sua imerecida miséria ⁽⁹⁾. Junta-se a isto o escândalo de desproporções revoltantes, não só na posse dos bens mas ainda no exercício do poder. Em certas regiões, enquanto uma oligarquia goza de civilização requintada, o resto da população, pobre e dispersa, é «privada de quase toda a possibilidade de iniciativa pessoal e de responsabilidade, e muitas vezes colocada, até, em condições de vida e de trabalho indignas da pessoa humana» ⁽¹⁰⁾.

10. Além disso, o choque entre as civilizações tradicionais e as novidades da civilização industrial, quebra as estruturas que não se adaptam às novas condições. Embora por vezes rígido, o quadro dessas estruturas era o apoio indispensável da vida pessoal e familiar, mas os mais velhos cristalizam nele, enquanto os jovens lhe fogem, como de um obstáculo inútil, voltando-se àvidamente para novas formas de vida social. O conflito das gerações agrava-se assim com um trágico dilema: ou guardar instituições e crenças atávicas, mas renunciar ao progresso; ou abrir-se às técnicas e civilizações vindas de fora mas rejeitar, com as tradições do passado, toda a sua riqueza humana. Com efeito, os suportes morais, espirituais e religiosos do passado cedem demasiadas vezes, sem deixarem por isso garantida a inserção no mundo novo.

Conclusão

11. Nesta confusão, torna-se mais violenta a tentação que pode levar a messianismos fascinantes mas construtores de ilusões. Quem não vê os perigos que daí resultam — reacções populares violentas, agitações revolucionárias e um resvalar para ideologias totalitárias? Tais são os dados do problema, cuja gravidade a ninguém pode passar despercebida.

A IGREJA E O DESENVOLVIMENTO

Obra dos missionários

12. Fiel ao ensino e exemplo do seu divino Fundador, que dava como sinal da sua missão o anúncio da Boa Nova aos pobres ⁽¹¹⁾, a Igreja nunca descurou a promoção humana dos povos a quem levava a fé em Cristo. Os seus missionários não construíram apenas igrejas, mas também asilos e hospitais, escolas e universidades. Ensinando aos nativos a maneira de tirar melhor partido dos seus recursos naturais, protegeram-nos, com frequência, da cobiça dos estrangeiros. Sem dúvida que a sua obra, pelo que tinha de humano, não foi perfeita e alguns misturaram por vezes a maneira de pensar e de viver do seu país de origem, com a pregação da autêntica mensagem evangélica. Mas também souberam cultivar e promover as instituições locais. Em muitas regiões, foram contados entre os pioneiros do progresso material e do desenvolvimento cultural. Basta lembrar o exemplo do Padre Charles de Foucauld,

que foi considerado digno de ser chamado, pela sua caridade, «Irmão universal», e redigiu um precioso dicionário da língua tuaregue. Sentimo-
-Nos na obrigação de prestar homenagem a estes precursores tantas vezes ignorados, a quem a caridade de Cristo impelia, assim como aos seus émulos e sucessores, que ainda hoje continuam a servir generosa e desinteressadamente aqueles que evangelizam.

Igreja e mundo

13. Mas, de futuro, as iniciativas locais e individuais não bastam. A situação presente do mundo exige uma acção de conjunto a partir de uma visão clara de todos os aspectos económicos, sociais, culturais. Conhecedora da Humanidade, a Igreja, sem pretender de modo algum imiscuir-se na política dos Estados, «tem apenas um fim em vista: continuar, sob o impulso do Espírito consolador, a obra de Cristo vindo ao mundo para dar testemunho da Verdade, para salvar, não para condenar, para servir, não para ser servido» (12). Fundada para estabelecer já neste mundo o reino do Céu e não para conquistar um poder terrestre, a Igreja afirma claramente que os dois domínios são distintos, como são soberanos os dois poderes, eclesiástico e civil, cada um na sua ordem (13). Porém, vivendo na História, deve «estar atenta aos sinais dos tempos e inter-

pretá-los à luz do Evangelho» (14). Comungando nas melhores aspirações dos homens e sofrendo por os ver insatisfeitos, deseja ajudá-los a alcançar o pleno desenvolvimento e, por isso, propõe-lhes o que possui como próprio: uma visão global do Homem e da Humanidade.

VISÃO CRISTÃ DO DESENVOLVIMENTO

14. O desenvolvimento não se reduz a um simples crescimento económico. Para ser autêntico, deve ser integral, quer dizer, promover todos os homens e o homem todo, como justa e vincadamente sublinhou um eminente especialista: «não aceitamos que o económico se separe do humano; nem o desenvolvimento, das civilizações em que ele se insere. O que conta para nós é o homem, cada homem, cada grupo de homens, até se chegar à Humanidade inteira» (15).

Vocação ao crescimento

15. Nos desígnios de Deus, cada homem é chamado a desenvolver-se, porque toda a vida é vocação. É dado a todos, em germe, desde o nascimento, um conjunto de aptidões e de qualidades, para as fazer render: desenvolvê-las será fruto da educação recebida do meio ambiente e do es-

forço pessoal, e permitirá a cada um orientar-se para o destino que lhe propõe o Criador. Dotado de inteligência e de liberdade, cada homem é responsável tanto pela sua realização como pela sua salvação. Ajudado, por vezes constrangido por aqueles que o educam e rodeiam, cada um, sejam quais forem as influências que sobre ele se exerçam, permanece o artífice principal do seu êxito ou do seu fracasso: apenas com o esforço da inteligência e da vontade, pode cada homem crescer em humanidade, valer mais, ser mais.

Dover pessoal...

16. Por outro lado, este crescimento não é facultativo. Como toda a criação está ordenada em relação ao criador, a criatura espiritual tem obrigação de orientar espontâneamente a sua vida para Deus, verdade primeira e soberano bem. Assim, o crescimento humano constitui como que um resumo dos nossos deveres. Mais ainda, esta harmonia, pedida pela natureza e enriquecida pelo esforço pessoal e responsável, é chamada a ultrapassar-se. Pela sua inserção em Cristo vivificante, o homem entra num desenvolvimento novo, num humanismo transcendente, que o leva a atingir a sua maior plenitude: tal é a finalidade suprema do desenvolvimento pessoal.

17. Mas cada homem é membro da sociedade: pertence à humanidade inteira. Não é apenas tal ou tal homem; são todos os homens, que são chamados a este pleno desenvolvimento. As civilizações nascem, crescem e morrem. Assim como as ondas na maré enchente avançam sobre a praia, cada onda um pouco mais que a antecedente, assim a Humanidade avança no caminho da História. Herdeiros das gerações passadas e beneficiários do trabalho dos nossos contemporâneos, temos obrigações para com todos e não podemos desinteressar-nos dos que virão depois de nós aumentar o círculo da família humana. A solidariedade universal é para nós não só um facto e um benefício, mas também um dever.

Escala de valores

18. Este crescimento pessoal e comunitário ficaria comprometido se se alterasse a verdadeira escala dos valores. É legítimo o desejo do necessário, e o trabalho para o alcançar é um dever: «se alguém não quer trabalhar, que também não coma» ⁽¹⁶⁾. Mas a aquisição dos bens temporais pode levar à cobiça, ao desejo de ter sempre mais e à tentação de aumentar o poder. A avareza

pessoal, familiar e nacional, pode encontrar-se tanto nos mais desprovidos como nos mais ricos, e suscitar nuns e noutros um materialismo sufocante.

Crescimento ambivalente

19. Tanto para os povos como para as pessoas, possuir mais não é o fim último. Qualquer crescimento é ambivalente. Embora necessário para permitir ao homem ser mais homem, esse crescimento torna-o prisioneiro se acaso se transforma no bem supremo que impede de ver mais além. Então, os corações endurecem e os espíritos fecham-se, os homens já não se reúnem pela amizade mas pelo interesse, que bem depressa os opõe e os desune. A busca exclusiva do ter constitui assim um obstáculo ao crescimento do ser e opõe-se à sua verdadeira grandeza: tanto para as nações como para as pessoas, a avareza é a forma mais evidente do subdesenvolvimento moral.

Para uma condição mais humana

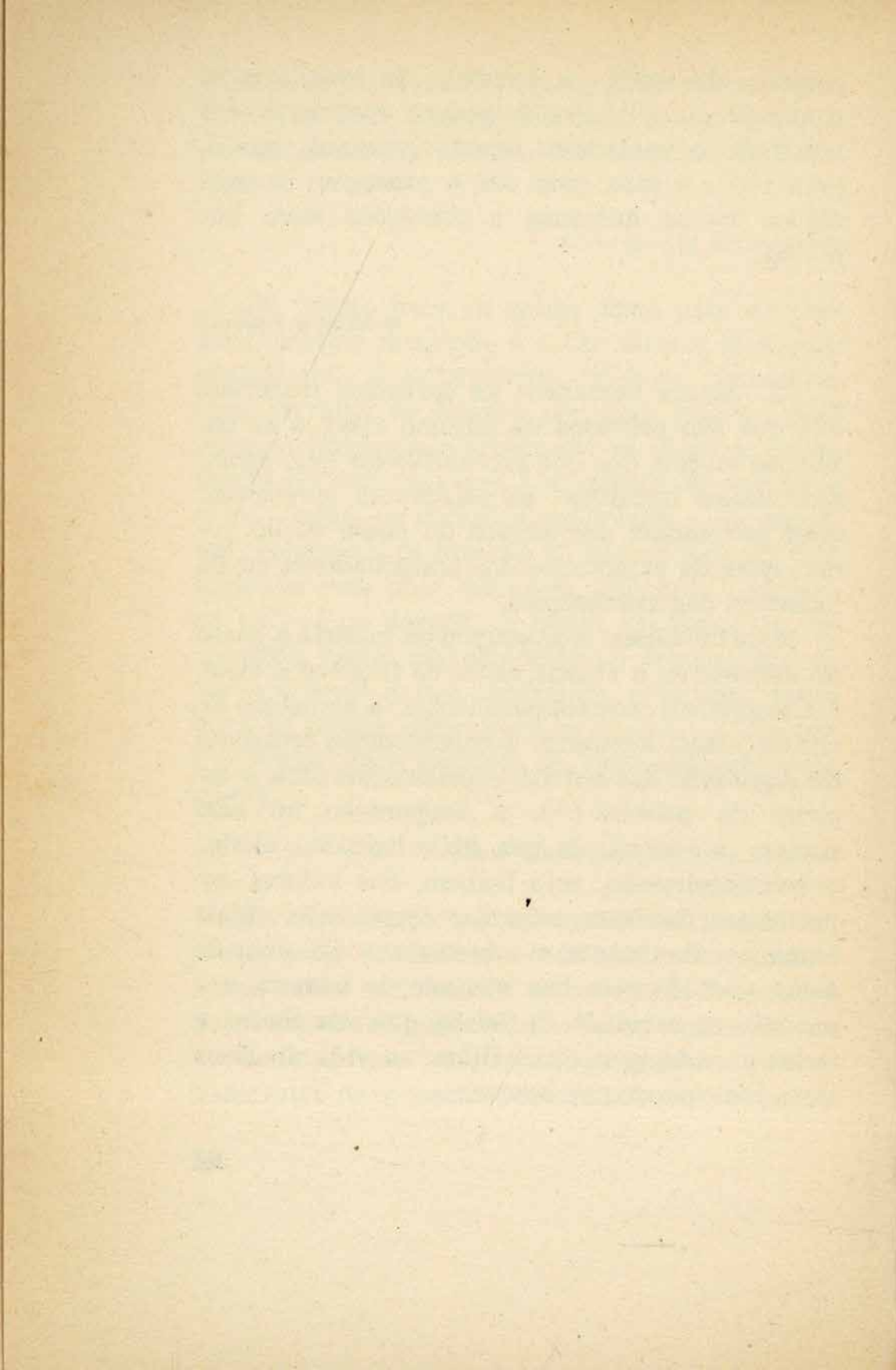
20. Se é certo que a procura do desenvolvimento pede um número cada vez maior de técnicos, exige também um número cada vez maior de sábios de reflexão profunda, em busca de um humanismo novo que permita ao homem moderno o encontro de si mesmo, assumindo os valores su-

periores do amor, da amizade, da oração e da contemplação (¹⁷). Assim poderá realizar-se em plenitude o verdadeiro desenvolvimento, que é, para todos e para cada um, a passagem de condições menos humanas a condições mais humanas.

○ ideal a realizar

21. Menos humanas: as carências materiais dos que são privados do mínimo vital, e as carências morais dos que são mutilados pelo egoísmo. Menos humanas: as estruturas opressivas, quer provenham dos abusos da posse ou do poder, quer da exploração dos trabalhadores ou da injustiça das transacções.

Mais humanas: a passagem da miséria à posse do necessário, a vitória sobre os flagelos sociais, o alargamento dos conhecimentos, a aquisição da cultura. Mais humanas: a consideração crescente da dignidade dos outros, a orientação para o espírito de pobreza (¹⁸), a cooperação no bem comum, a vontade da paz. Mais humanas ainda: o reconhecimento, pelo homem, dos valores supremos, e de Deus, origem e termo deles. Mais humanas, finalmente e sobretudo, a Fé, dom de Deus acolhido pela boa vontade do homem, e a unidade na caridade de Cristo, que nos chama a todos a participar como filhos na vida do Deus vivo, Pai de todos os homens.



A ACÇÃO A EMPREENDER

O DESTINO UNIVERSAL DOS BENS

22. «Enchei a Terra e dominai-a» ⁽¹⁹⁾: logo desde a primeira página, a Bíblia ensina-nos que toda a criação é para o Homem, com a condição de ele aplicar o seu esforço inteligente em valorizá-la e, pelo seu trabalho, por assim dizer, completá-la em seu serviço. Se a Terra é feita para fornecer a cada um os meios de subsistência e os instrumentos do progresso, todo o homem tem direito, portanto, de nela encontrar o que lhe é necessário. O actual Concílio lembrou-o: «Deus destinou a Terra e tudo o que nela existe ao uso de todos os homens e de todos os povos, de modo que os bens da criação afluam com equidade às mãos de todos, segundo a regra da justiça, inseparável da caridade» ⁽²⁰⁾. Todos os outros direitos, quaisquer que sejam, incluindo os de propriedade e de comércio livre, estão-lhe subordinados: não devem portanto impedir, mas, pelo contrário,

facilitar a sua realização; e é um dever social grave e urgente conduzi-los à sua finalidade primeira.

A propriedade

23. «Se alguém, gozando dos bens deste mundo, vir o seu irmão em necessidade e lhe fechar as entranhas, como permanece nele a caridade de Deus?» ⁽²¹⁾. Sabe-se com que insistência os Padres da Igreja determinaram qual deve ser a atitude daqueles que possuem em relação aos que estão em necessidade: «não dás da tua fortuna», — assim afirma Santo Ambrósio — «ao seres generoso para com o pobre, tu dás daquilo que lhe pertence. Porque aquilo que te atribuis a ti, foi dado em comum para o uso de todos. A Terra foi dada a todos e não apenas aos ricos» ⁽²²⁾. Quer dizer que a propriedade privada não constitui para ninguém um direito incondicional e absoluto. Ninguém tem direito de reservar para seu uso exclusivo aquilo que é supérfluo, quando a outros falta o necessário. Numa palavra, «o direito de propriedade nunca deve exercer-se em detrimento do bem comum, segundo a doutrina tradicional dos Padres da Igreja e dos grandes teólogos». Surgindo algum conflito «entre os direitos privados adquiridos e as exigências comunitárias primordiais», é ao poder

público que pertence «resolvê-lo, com a participação activa das pessoas e dos grupos sociais» (23).

O uso dos rendimentos

24. O bem comum exige por vezes a expropriação, se certos domínios formam obstáculo à prosperidade colectiva, pelo facto da sua extensão, da sua exploração fraca ou nula, da miséria que daí resulta para as populações, do prejuízo considerável causado aos interesses do país. Afirmando-o com clareza (24), o Concílio também lembrou, não menos claramente, que o rendimento disponível não está entregue ao livre capricho dos homens, e que as especulações egoístas devem ser banidas. Assim, não é admissível que cidadãos com grandes rendimentos, provenientes da actividade e dos recursos nacionais, transfiram uma parte considerável para o estrangeiro, com proveito apenas pessoal, sem se importarem do mal evidente que com isso causam à pátria (25).

INDUSTRIALIZAÇÃO

25. Necessária ao rendimento económico e ao progresso humano, a introdução da indústria é, ao mesmo tempo, sinal e factor de desenvolvi-

mento. Por meio de uma aplicação tenaz da inteligência e do trabalho, o homem consegue arrancar, pouco a pouco, os segredos à natureza e usar melhor das suas riquezas. Ao mesmo tempo que disciplina os hábitos, desenvolve em si o gosto da investigação e da invenção, a aceitação do risco prudente, a audácia nas empresas, a iniciativa generosa e o sentido da responsabilidade.

Capitalismo liberal

26. Infelizmente, sobre estas novas condições da sociedade, construiu-se um sistema que considerava o lucro como motor essencial do progresso económico, a concorrência como lei suprema da economia, a propriedade privada dos bens de produção como direito absoluto, sem limite nem obrigações sociais correspondentes. Este liberalismo sem freio conduzia à ditadura denunciada com razão por Pio XI, como geradora do «imperialismo internacional do dinheiro» (26). Nunca será demasiado reprovar tais abusos, lembrando mais uma vez, solenemente, que a economia está ao serviço do Homem (27). Mas, se é verdade que um certo capitalismo foi a fonte de tantos sofrimentos, injustiças e lutas fratricidas com efeitos que ainda duram, é contudo sem motivo que se atribuem à industrialização males que são devidos ao nefasto sistema

que a acompanhava. Pelo contrário, é necessário reconhecer com toda a justiça o contributo insubstituível da organização do trabalho e do progresso industrial na obra do desenvolvimento.

O trabalho

27. De igual modo, se por vezes reina uma mística exagerada do trabalho, não resta dúvida de que este é querido e abençoado por Deus. Criado à sua imagem, «o Homem deve cooperar com o Criador no aperfeiçoamento da criação e imprimir, por sua vez, na Terra, o cunho espiritual que ele próprio recebeu» (28). Deus, que dotou o homem de inteligência, de imaginação e de sensibilidade, deu-lhe assim o meio para completar, de certo modo, a sua obra: ou seja artista ou artífice, empresário, operário ou camponês, todo o trabalhador é um criador. Debruçado sobre uma matéria que lhe resiste, o trabalhador imprime-lhe o seu cunho, enquanto ele próprio vai crescendo em tenacidade, engenho e espírito de invenção. Mais ainda, vivido em comum, na esperança, no sofrimento, na aspiração e na alegria partilhada, o trabalho une as vontades, aproxima os espíritos e solda os corações: realizando-o, os homens descobrem que são irmãos (29).

28. Mas o trabalho é sem dúvida ambivalente, pois, por um lado promete dinheiro, gozo e poder, convidando uns ao egoísmo e outros à revolta, e, por outro, desenvolve a consciência profissional, o sentido do dever e a caridade para com o próximo. Mais científico e melhor organizado, corre o perigo de desumanizar o seu executor, tornando-o escravo, pois o trabalho só é humano na medida em que permanece inteligente e livre. João XXIII lembrou a urgência de restituir ao trabalhador a sua dignidade, fazendo-o participar realmente na obra comum: «deve-se tender a que a empresa se transforme numa comunidade de pessoas, nas relações, funções e situações de todo o seu pessoal» ⁽³⁰⁾. O trabalho dos homens e, com maior razão, o dos cristãos, tem ainda a missão de colaborar na criação do mundo sobrenatural ⁽³¹⁾, inacabado até chegarmos todos a construir esse Homem perfeito de que fala S. Paulo, «que realiza a plenitude de Cristo» ⁽³²⁾.

URGÊNCIA DA OBRA A REALIZAR

29. Urge começar: são muitos os homens que sofrem, e aumenta a distância que separa o progresso de uns da estagnação e, até mesmo, do retrocesso de outros. No entanto, a obra a rea-

lizar há-de progredir harmoniosamente, sob pena de destruir equilíbrios indispensáveis. Uma reforma agrária improvisada pode não atingir o seu objectivo. Uma industrialização precipitada pode desmoronar estruturas ainda necessárias, criar misérias sociais que seriam um retrocesso humano.

Tentação da violência

30. Certamente há situações cuja injustiça brada aos Céus. Quando populações inteiras, desprovidas do necessário, vivem numa dependência que lhes corta toda a iniciativa e responsabilidade, e também toda a possibilidade de formação cultural e de acesso à carreira social e política, é grande a tentação de repelir pela violência tais injúrias à dignidade humana.

Revolução

31. Não obstante, sabe-se que a insurreição revolucionária — salvo casos de tirania evidente e prolongada que ofendesse gravemente os direitos fundamentais da pessoa humana e prejudicasse o bem comum do país — gera novas injustiças, introduz novos desequilíbrios, provoca novas ruínas. Nunca se pode combater um mal real à custa de uma desgraça maior.

32. Desejaríamos ser bem compreendidos: a situação actual deve ser enfrentada corajosamente, assim como devem ser combatidas e vencidas as injustiças que ela comporta. O desenvolvimento exige transformações audaciosas, profundamente inovadoras. Devem empreender-se, sem demora, reformas urgentes. Contribuir para elas com a sua parte, compete a cada pessoa, sobretudo àquelas que, por educação, situação e poder, têm grandes possibilidades de influir no conjunto. Dando exemplo, tirem dos seus próprios bens, como fizeram alguns dos Nossos irmãos no episcopado ⁽³³⁾. Responderão, assim, à expectativa dos homens e serão fiéis ao Espírito de Deus, porque foi «o fermento evangélico que suscitou e suscita no coração do homem uma exigência incoercível de dignidade» ⁽³⁴⁾.

PROGRAMAS E PLANIFICAÇÃO

33. A iniciativa individual e o simples jogo da concorrência não bastam para assegurar o êxito do desenvolvimento. Não é lícito aumentar a riqueza dos ricos e o poder dos fortes, confirmando a miséria dos pobres e tornando maior a escravidão dos oprimidos. São necessários programas para «encorajar, estimular, coordenar,

suprir e integrar» (35) a acção dos indivíduos e dos organismos intermediários. Pertence aos poderes públicos escolher, e mesmo impor, os objectivos a atingir, os fins a alcançar e os meios para os conseguir, e é a eles que compete estimular todas as forças conjugadas nesta acção comum. Tenham porém cuidado de associar a esta obra as iniciativas privadas e os corpos intermediários. Assim, evitarão o perigo de uma colectivização integral ou de uma planificação arbitrária que, privando os homens da liberdade, poriam de parte o exercício dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Ao serviço do Homem

34. Porque, qualquer programa feito para aumentar a produção não tem, afinal, razão de ser senão colocado ao serviço da pessoa. Deve reduzir desigualdades, combater discriminações, libertar o homem da servidão, torná-lo capaz de, por si próprio, ser o agente responsável do seu bem-estar material, progresso moral e desenvolvimento espiritual. Dizer desenvolvimento, é com efeito preocupar-se tanto com o progresso social como com o crescimento económico. Não basta aumentar a riqueza comum, para que ela seja repartida equitativamente. Não basta promover a técnica, para que a Terra possa ser habitada de maneira mais humana. Nos erros dos que os pre-

cederam, reconheçam os povos em fase de desenvolvimento um sinal dos perigos que hão-de evitar neste domínio. A tecnocracia de amanhã pode gerar ainda piores males que o liberalismo de ontem. Economia e técnica não têm sentido, senão em função do Homem, ao qual devem servir. E o homem só é verdadeiramente homem, na medida em que, senhor das suas acções e juiz do valor destas, é autor do seu progresso, em conformidade com a natureza que lhe deu o Criador, cujas possibilidades e exigências ele aceita livremente.

Alfabetização

35. Pode mesmo afirmar-se que o crescimento económico depende, em primeiro lugar, do progresso social. Por isso a educação de base é o primeiro objectivo dum plano de desenvolvimento. A fome de instrução não é menos deprimente que a fome de alimentos: um analfabeto é um espírito subalimentado. Saber ler e escrever, adquirir uma formação profissional, é ganhar confiança em si mesmo e descobrir que pode avançar com os outros. Como dizíamos na Nossa mensagem ao Congresso da UNESCO, reunido em Teerão em 1965, a alfabetização é para o homem «factor primordial de integração social e de enriquecimento da pessoa e, para a sociedade, instrumento privilegiado de progresso económico e desenvolvi-

mento» (³⁶). Por isso Nos alegramos do trabalho realizado neste domínio pelas iniciativas privadas, pelos poderes públicos e organizações internacionais: são os primeiros obreiros do desenvolvimento, porque tornam o homem apto a empreendê-lo.

Família

36. Mas o homem só é homem quando integrado no seu meio social, onde a família desempenha um papel de primeira ordem. Este foi por vezes excessivo, em certas épocas e regiões, quando exercido à custa de liberdades fundamentais da pessoa. É certo que os antigos quadros sociais dos países em via de desenvolvimento, muitas vezes demasiado rígidos e mal organizados, são ainda necessários por algum tempo; mas devem ir diminuindo o que têm de influência exagerada. Porém, a família natural, monogâmica e estável, tal como o desígnio de Deus a concebeu (³⁷) e o Cristianismo a santificou, deve continuar a ser esse «lugar de encontro de várias gerações que reciprocamente se ajudam a alcançar uma sabedoria mais plena e a conciliar os direitos pessoais com as outras exigências da vida social» (³⁸).

Demografia

37. É bem verdade que um crescimento demográfico acelerado vem, com demasiada frequên-

cia, trazer novas dificuldades ao problema do desenvolvimento: o volume da população aumenta muito mais rapidamente que os recursos disponíveis, e cria-se uma situação que parece não ter saída. Surge, por isso, a grande tentação de re-frear o crescimento demográfico por meios radicais. É certo que os poderes públicos, nos limites da sua competência, podem intervir, promovendo uma informação apropriada e tomando providências adequadas, contanto que sejam conformes às exigências da lei moral e respeitem a justa liberdade dos cônjuges. Sem direito inalienável ao matrimónio e à procriação, não existe dignidade humana. Em última análise, é aos pais que compete determinar, com pleno conhecimento de causa, o número de filhos, assumindo a responsabilidade perante Deus, perante eles próprios, perante os filhos que já nasceram e perante a comunidade a que pertencem, de acordo com as exigências da sua consciência, formada segundo a lei de Deus autênticamente interpretada, e sustentada pela confiança n'Ele (³⁹).

Organizações profissionais

38. Na obra do desenvolvimento, o homem, que na família encontra o seu modo de vida primordial, é muitas vezes ajudado por organizações profissionais. Se a razão de ser destas organiza-

ções é promover os interesses dos seus membros, torna-se grande a sua responsabilidade perante a tarefa educativa que elas podem e devem realizar. Através das informações dadas e da formação que propõem, têm o poder de transmitir a todos o sentido do bem comum e das obrigações que ele impõe a cada homem.

Pluralismo legítimo

39. Toda a acção social impõe uma doutrina, mas o cristão não pode admitir a que implique uma filosofia materialista e ateia, e não respeite a orientação religiosa da vida para o seu último fim, a liberdade e a dignidade humana. Mas, garantidos estes valores, é admissível e, até certo ponto, útil, um pluralismo de organizações profissionais e sindicais, contanto que ele proteja a liberdade e provoque a emulação. É com toda a Nossa alma que prestamos homenagem a quem quer que, por este meio, trabalha servindo desinteressadamente os seus irmãos.

Promoção cultural

40. Ao lado das organizações profissionais, não é de menor valor o papel das instituições culturais para o bom êxito do desenvolvimento. «O futuro do mundo está ameaçado — afirma gravemente o Concílio — se na nossa época não

surgirem sábios». E acrescenta: «numerosos países, pobres em bens materiais, mas ricos em sabedoria, podem trazer aos outros inapreciável contribuição» (40). Rico ou pobre, cada país possui uma civilização recebida dos antepassados: instituições exigidas para a vida terrestre, e manifestações superiores — artísticas, intelectuais e religiosas — da vida do espírito. Quando essas manifestações incluem verdadeiros valores humanos, grande erro seria sacrificá-las àquelas instituições. Um povo que nisso consentisse perderia o melhor de si mesmo: sacrificaria, julgando encontrar vida, a razão da sua própria vida. O ensinamento de Cristo vale também para os povos: «de que serve ao homem ganhar o mundo inteiro, se vem a perder a sua alma?» (41).

Tentação materialista

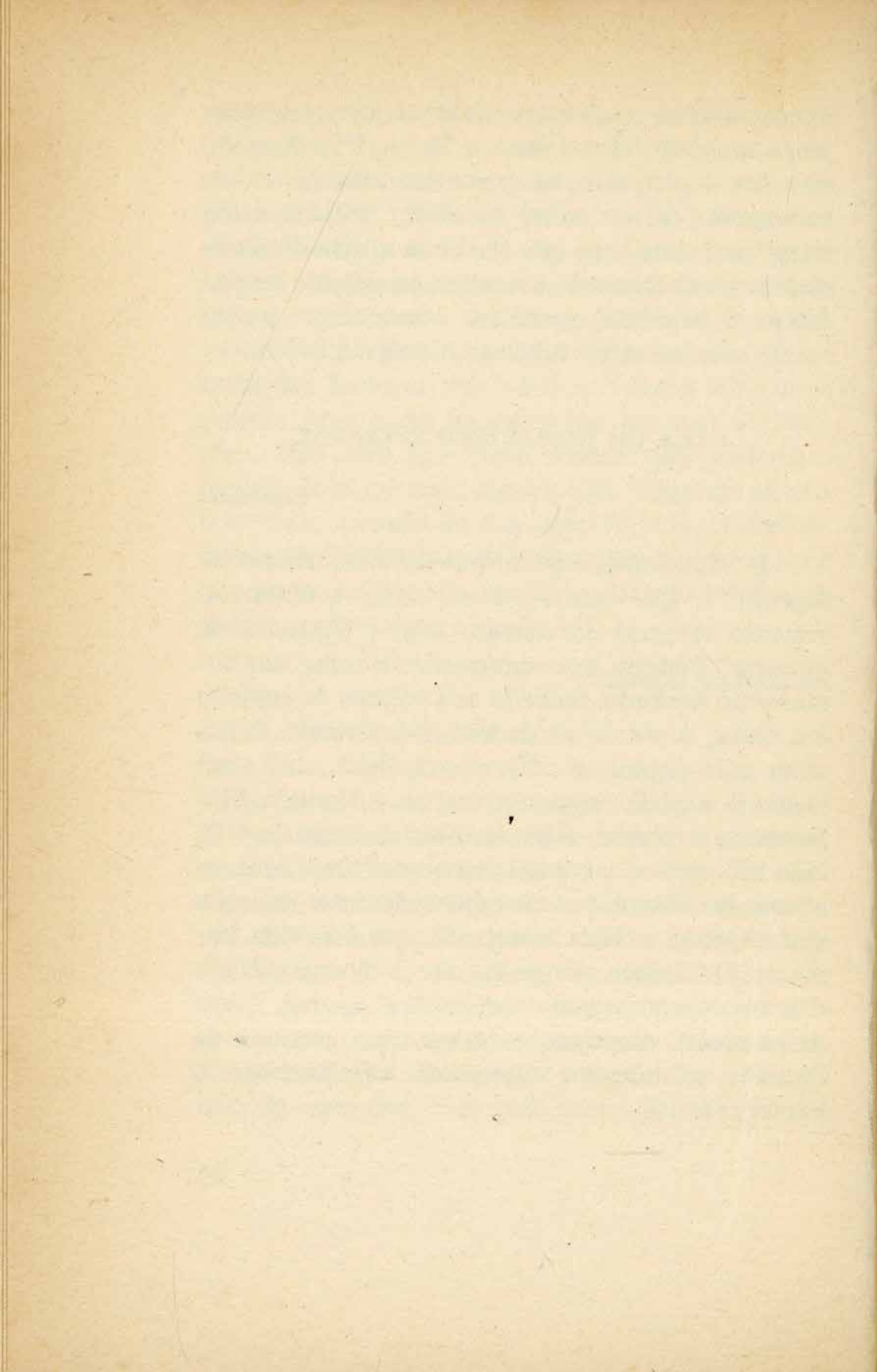
41. Nunca será demais defender os países pobres desta tentação que lhes vem dos povos ricos. Estes apresentam, muitas vezes, não só o exemplo do seu êxito numa civilização técnica e cultural, mas também o modelo de uma actividade, aplicada sobretudo à conquista da prosperidade material. Esta não impede, por si mesma, a actividade do espírito. Pelo contrário, «o espírito, mais liberto da escravidão das coisas, pode facilmente elevar-se ao culto e contemplação do Criador» (42). No entanto, «a civilização actual, não pelo que tem de essencial, mas pelo facto de estar muito

ligada com as realidades terrenas, torna muitas vezes mais difícil o acesso a Deus» (43). Naquilo que lhes é proposto, os povos em vias de desenvolvimento devem saber escolher: criticar e eliminar os falsos bens que levariam a uma diminuição do ideal humano, e aceitar os valores verdadeiros e benéficos, para os desenvolver, juntamente com os seus, segundo a própria índole.

PARA UM HUMANISMO INTEGRAL

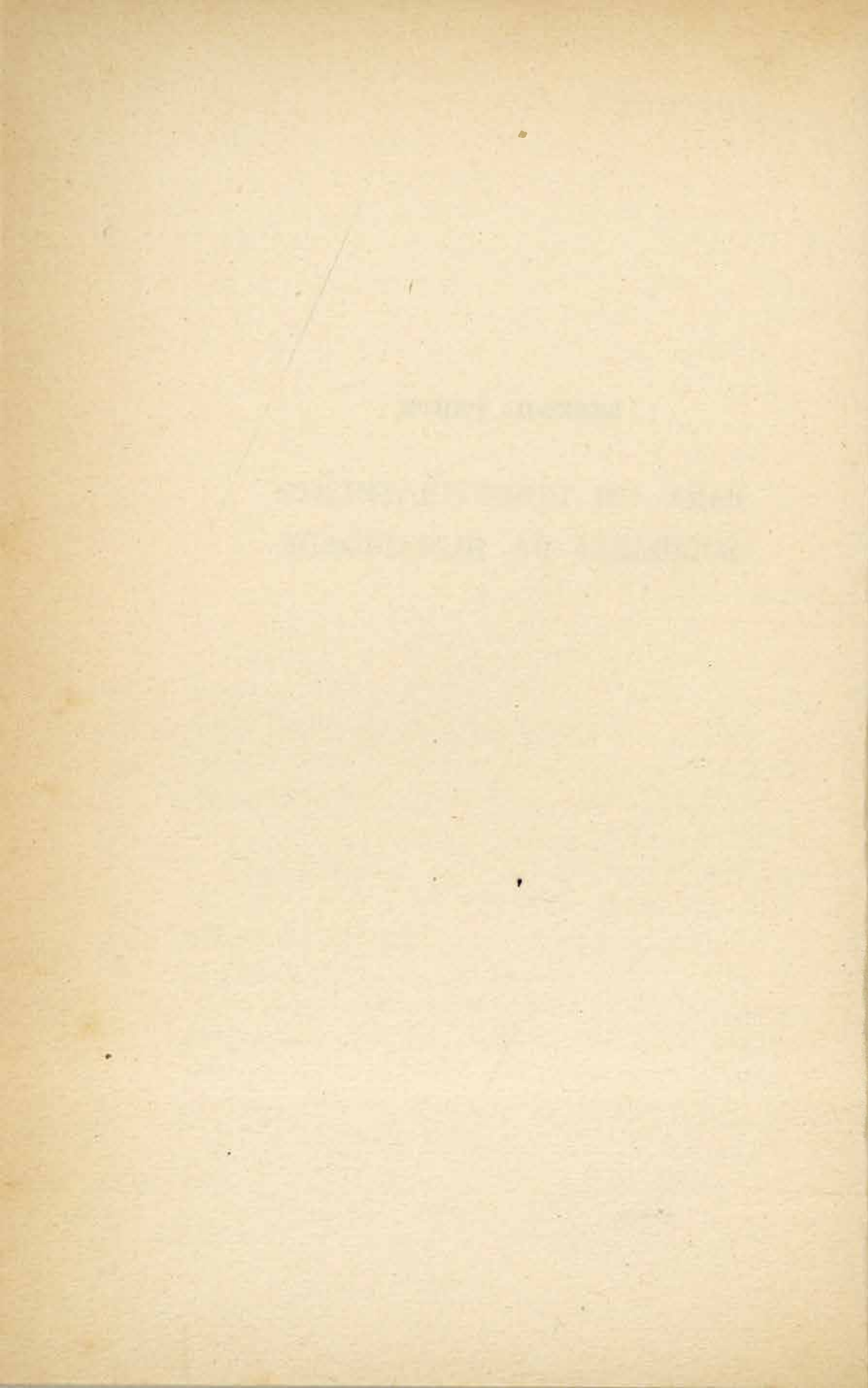
Conclusão

42. É necessário promover um humanismo integral (44). Que vem ele a ser senão o desenvolvimento integral do homem todo e de todos os homens? Poderia aparentemente triunfar um humanismo limitado, fechado aos valores do espírito e a Deus, fonte do verdadeiro humanismo. O homem pode organizar a Terra sem Deus, mas «sem Deus só a pode organizar contra o Homem. Humanismo exclusivo é humanismo desumano» (45). Não há, portanto, verdadeiro humanismo, senão o aberto ao Absoluto, reconhecendo uma vocação que exprime a ideia exacta do que é a vida humana. O homem, longe de ser a norma última dos valores, só se pode realizar a si mesmo, ultrapassando-se. Segundo a frase, tão exacta, de Pascal: «o homem ultrapassa infinitamente o homem» (46).



SEGUNDA PARTE

PARA UM DESENVOLVIMENTO
SOLIDÁRIO DA HUMANIDADE



Introdução

43. O desenvolvimento integral do homem não pode realizar-se sem o desenvolvimento solidário da Humanidade. Dizíamos em Bombaim: «o homem deve encontrar o homem, as nações devem encontrar-se como irmãos e irmãs, como filhos de Deus. Nesta compreensão e amizade mútuas, nesta comunhão sagrada, devemos começar também a trabalhar juntos para construir o futuro comum da Humanidade» (47). Por isso, sugeríamos a busca de meios de organização e de cooperação, concretos e práticos, para pôr em comum os recursos disponíveis e realizar, assim, uma verdadeira comunhão entre todas as nações.

Fraternidade dos povos

44. Este dever diz respeito, em primeiro lugar, aos mais favorecidos. As suas obrigações enraízam-se na fraternidade humana e sobrenatural, apresentando-se sob um tríptico aspecto,

o do dever de solidariedade, ou seja, o auxílio que as nações ricas devem prestar aos países em via de desenvolvimento; o do dever de justiça social, isto é, a rectificação das relações comerciais defeituosas entre povos fortes e povos fracos; o do dever de caridade universal, quer dizer, a promoção, para todos, de um mundo mais humano e onde todos tenham qualquer coisa a dar e a receber, sem que o progresso de uns seja obstáculo ao desenvolvimento dos outros. O futuro da civilização mundial está dependente da solução deste grave problema.

ASSISTENCIA AOS FRACOS

Luta contra a fome

45. «Se um irmão ou uma irmã estiverem nus», diz S. Tiago, «e precisarem do alimento quotidiano e algum de vós lhes disser: ide em paz, aquecei-vos e saciai-vos, sem lhes dar o que é necessário ao corpo, de que lhes aproveitará?» (⁴⁸). Hoje ninguém pode ignorar que, em continentes inteiros, são inumeráveis os homens e as mulheres torturados pela fome, inumeráveis as crianças subalimentadas, a ponto de morrer uma grande parte delas em tenra idade e o crescimento físico e o desenvolvimento mental de muitas outras correrem perigo. E todos sabem que regiões inteiras estão, por este mesmo facto, condenadas ao mais triste desalento.

Hoje

46. Já se fizeram ouvir apelos angustiados. O de João XXIII foi calorosamente atendido (⁴⁹).

Nós próprios o repetimos na Nossa mensagem de Natal, em 1963 ⁽⁵⁰⁾, e novamente, a favor da Índia, em 1966 ⁽⁵¹⁾. A campanha contra a fome, iniciada pela Organização Internacional da Alimentação e Agricultura (FAO) e estimulada pela Santa Sé, provocou dedicações generosas. A Nossa *Caritas Internationalis* está por toda a parte em acção e numerosos católicos, sob o impulso dos Nossos irmãos no episcopado, dão e dão-se sem medida, para ajudar os que necessitam, alargando progressivamente o âmbito do seu próximo.

Amanhã

47. Mas isto não basta, como não bastam os investimentos privados ou públicos, já realizados, as dádivas e empréstimos concedidos. Não se trata apenas de vencer a fome, nem tão-pouco de afastar a pobreza. O combate contra a miséria, embora urgente e necessário, não é suficiente. Trata-se de construir um mundo em que todos os homens, sem excepção de raça, religião ou nacionalidade, possam viver uma vida plenamente humana, livre de servidões que lhes vêm dos homens e de uma natureza mal domada; um mundo em que a liberdade não seja uma palavra vã e em que o pobre Lázaro possa sentar-se à mesa do rico ⁽⁵²⁾. Isto exige da parte deste último grande generosidade, muitos sacrifícios e um esforço con-

tínuo. Compete a cada um examinar a própria consciência, que fala agora com voz nova para a nossa época. Estará o rico pronto a dar o seu dinheiro para sustentar as obras e missões organizadas em favor dos mais pobres? Estará disposto a pagar mais impostos, para que os poderes públicos intensifiquem os esforços pelo desenvolvimento? A comprar mais caro os produtos importados, para remunerar com maior justiça o produtor? E, se é jovem, a deixar a pátria, sendo necessário, para ir levar ajuda ao crescimento das nações novas?

Dever de solidariedade

48. O dever de solidariedade é o mesmo, tanto para as pessoas como para os povos: «é dever muito grave dos povos desenvolvidos ajudar os que estão em via de desenvolvimento» (⁵³). É necessário pôr em prática este ensinamento do Concílio. Se é normal que uma população seja a primeira a beneficiar dos dons que a Providência lhe concedeu como fruto do seu trabalho, é também certo que nenhum povo tem o direito de reservar as suas riquezas para seu uso exclusivo. Cada povo deve produzir mais e melhor, para dar aos seus um nível de vida verdadeiramente humano e, ao mesmo tempo, contribuir para o desenvolvimento solidário da Humanidade. Perante a indigência crescente dos países subdesenvolvidos,

deve considerar-se normal que um país evoluído dedique uma parte da sua produção a socorrer as necessidades daqueles; é também normal que forme educadores, engenheiros, técnicos e cientistas, que ponham a ciência e a competência ao serviço desses povos.

Supérfluo

49. Repetimos, mais uma vez: o supérfluo dos países ricos deve pôr-se ao serviço dos países pobres. A regra que existia outrora em favor dos mais próximos deve aplicar-se hoje à totalidade dos necessitados do mundo inteiro. Aliás, serão os ricos os primeiros a beneficiar com isto. De outro modo, a sua avareza continuada provocaria os juízos de Deus e a cólera dos pobres, com consequências imprevisíveis. Concentradas no seu egoísmo, as civilizações actualmente florescentes lesariam os seus mais altos valores, sacrificando a vontade de ser mais ao desejo de mais ter. E aplicar-se-lhes-ia a parábola do homem rico, cujas propriedades tinham produzido muito e que não sabia onde guardar a colheita: «Deus disse-lhe: néscio, nesta mesma noite virão reclamar a tua alma» (54).

Programas

50. Para atingirem a sua plena eficácia, estes esforços não podem ficar dispersos e isolados e,

menos ainda, opostos por motivos de prestígio ou de poder: a situação actual exige programas bem organizados. Um programa é, efectivamente, mais e melhor que um auxílio ocasional, deixado à benevolência de cada um. Supõe, como acima dissemos, estudos aprofundados, fixação de objectivos, determinação de meios e conjugação de esforços, para que possa responder às necessidades presentes e às exigências previsíveis. Mais ainda, ultrapassa as perspectivas do crescimento económico e do progresso social: dá sentido e valor à obra que se pretende realizar. Ordenando o mundo, valoriza o homem.

Fundo mundial

51. Era necessário ir ainda mais longe. Pedíamos, em Bombaim, a organização de um grande *Fundo Mundial*, sustentado por uma parte da verba das despesas militares, para vir em auxílio dos mais deserdados (⁵⁵). O que é válido para a luta imediata contra a miséria vale também no que respeita ao desenvolvimento. Só uma colaboração mundial, de que um Fundo comum seria ao mesmo tempo símbolo e instrumento, permitiria superar as rivalidades estéreis e estabelecer um diálogo fecundo e pacífico entre todos os povos.

52. Podem manter-se, sem dúvida, acordos bilaterais ou multilaterais: estes acordos permitirão acabar com as relações de dependência e os ressentimentos vindos de uma era colonial, e substituí-los por boas relações de amizade, mantidas num pé de igualdade jurídica e política. Mas, incorporados num programa de colaboração mundial, ficariam isentos de qualquer suspeita. A desconfiança dos beneficiados seria assim atenuada. Temeriam menos certas manifestações do que já se chamou neo-colonialismo: dissimuladas em auxílio financeiro ou assistência técnica, modalidades de pressão política e domínio económico, para a defesa ou a conquista de uma hegemonia dominadora.

53. Por outro lado, quem não vê que a existência de um tal Fundo provocaria que para ele revertissem certas quantias, que de outro modo se iriam esbanjar em despesas só explicáveis pelo medo ou o orgulho? Quando tantos povos têm fome, tantos lares vivem na miséria, tantos homens permanecem mergulhados na ignorância, tantas escolas, hospitais e habitações dignas deste nome ficam por construir, torna-se um escândalo intolerável qualquer esbanjamento público

ou privado, qualquer gasto de ostentação nacional ou pessoal, qualquer recurso exagerado aos armamentos. Sentimo-Nos na obrigação de o denunciar. Dignem-se ouvir-Nos os responsáveis, antes que se torne demasiado tarde.

Diálogo a estabelecer

54. Quer dizer que é indispensável estabelecer entre todos este diálogo, para que apelávamos com os Nossos votos, na Nossa primeira Encíclica *Ecclesiam Suam* (⁵⁶). Este mesmo diálogo, entre aqueles que fornecem os meios e os que deles beneficiam, permitirá avaliar os subsídios, não só quanto à generosidade e disponibilidade de uns, mas também em função dos bens reais e das possibilidades de emprego de outros. Então, os países em via de desenvolvimento já não correrão o risco de ficarem sobrecarregados de dívidas, cuja amortização e juros absorvem o melhor dos seus lucros. Os juros e a duração dos empréstimos podem ser organizados de maneira suportável a uns e a outros, equilibrando os donativos gratuitos, os empréstimos sem juros ou a taxa mínima, com a duração das amortizações. Podem dar-se aos que fornecem os meios financeiros garantias sobre a maneira como serão empregados, segundo o plano combinado e com uma eficácia razoável, pois não se trata de favorecer preguiçosos e para-

sitas. E os beneficiados podem exigir que não se intrometam na sua própria política nem perturbem a sua estrutura social. Como Estados soberanos, compete-lhes conduzir os seus próprios negócios, determinar a sua política e orientar-se livremente para a forma de sociedade que preferirem. Portanto, é uma colaboração voluntária, uma participação eficaz de uns com os outros, numa idêntica dignidade, que deve estabelecer-se para construção de um mundo mais humano.

Sua necessidade

55. A tarefa pode parecer impossível nas regiões onde a preocupação da subsistência quotidiana monopoliza toda a existência das famílias, impossibilitadas de conceber trabalho susceptível de preparar um futuro menos miserável. É, contudo, a estes homens e a estas mulheres que é necessário ajudar a realizarem o seu próprio desenvolvimento e a adquirirem progressivamente os meios para o atingir. Certamente, esta obra comum não se levará a cabo sem um esforço combinado, constante e corajoso. Fique, no entanto, cada um bem persuadido de que estão em jogo a vida dos povos pobres, a paz interna dos países em via de desenvolvimento, e a paz do Mundo.

EQUIDADE DAS RELAÇÕES COMERCIAIS

56. Ainda que fossem consideráveis, seriam ilusórios os esforços feitos para ajudar no plano financeiro e técnico os países em via de desenvolvimento, se os resultados fossem parcialmente anulados pelo jogo das relações comerciais entre países ricos e países pobres. A confiança destes últimos ficaria abalada se tivessem a impressão de que uma das mãos lhes tira o que a outra lhes dá.

Distorção crescente

57. As nações muito industrializadas exportam sobretudo produtos fabricados, enquanto as economias pouco desenvolvidas vendem apenas produções agrícolas e matérias-primas. Aqueles produtos, graças ao progresso técnico, aumentam rapidamente de valor e encontram um mercado satisfatório. Pelo contrário, os produtos primários provenientes dos países subdesenvolvidos so-

frem grandes e repentinas variações de preço, muito aquém da subida progressiva dos outros. Daqui surgem grandes dificuldades para as nações pouco industrializadas, quando contam com as exportações para equilibrar a sua economia e realizar o seu plano de desenvolvimento. Os povos pobres ficam sempre pobres e os ricos tornam-se cada vez mais ricos.

Para além do liberalismo

58. Quer dizer que a regra da livre troca já não pode, por si mesma, reger as relações internacionais. As suas vantagens são evidentes quando os países se encontram mais ou menos nas mesmas condições de poder económico: constitui estímulo ao progresso e recompensa do esforço. Por isso os países industrialmente desenvolvidos vêem nela uma lei de justiça. Já o mesmo não acontece quando as condições são demasiado diferentes de país para país: os preços *livremente* estabelecidos no mercado podem levar a consequências iníquas. Devemos reconhecer que está em causa o princípio fundamental do liberalismo, como regra de transacções comerciais.

Justiça dos contratos ao nível dos povos

59. Continua a ser válido o ensinamento de Leão XIII, na Encíclica *Rerum Novarum*: em

condições demasiado diferentes, o consentimento das partes não basta para garantir a justiça do contrato, e permanece subordinada às exigências do direito natural a regra do livre consentimento (57). O que era verdade do justo salário individual também o é dos contratos internacionais: uma economia de intercâmbio já não pode apoiar-se sobre a lei única da livre concorrência, que frequentes vezes leva à ditadura económica. A liberdade das transacções só é equitativa quando sujeita às exigências da justiça social.

Medidas a tomar

60. Foi o que já compreenderam os próprios países desenvolvidos, que se esforçam por estabelecer no interior da sua economia, por meios apropriados, um equilíbrio que a concorrência, entregue a si mesma, tenderia a comprometer. Assim, muitas vezes sustentam a sua agricultura à custa de sacrifícios impostos aos sectores económicos mais favorecidos. E também, para manterem as relações comerciais que se estabelecem entre países, e particularmente em regime de mercado comum, adoptam políticas financeiras, fiscais e sociais que se esforçam por atribuir a indústrias concorrentes, desigualmente prósperas, possibilidades semelhantes.

61. Mas não se pode usar nisto dois pesos e duas medidas. O que vale para a economia nacional, o que se admite entre países desenvolvidos, vale também para as relações comerciais entre países ricos e países pobres. Sem o abolir, é preciso, ao contrário, manter o mercado de concorrência dentro dos limites que o tornam justo e moral e, portanto, humano. No comércio entre economias desenvolvidas e subdesenvolvidas, as situações são demasiado discordantes e as liberdades reais demasiado desproporcionadas. A justiça social exige do comércio internacional, para ser humano e moral, que restabeleça, entre as duas partes, pelo menos certa igualdade de possibilidades. É um objectivo a atingir a longo prazo. Mas, para o alcançar, é preciso, desde já, criar uma igualdade real nas discussões e negociações. Também neste campo se sente a utilidade de convenções internacionais num âmbito suficientemente vasto: viriam elas estabelecer normas gerais capazes de regular certos preços, garantir certas produções e sustentar certas indústrias nascentes. Quem duvida de que tal esforço comum no sentido de maior justiça nas relações comerciais entre os povos, traria um auxílio positivo, cujos efeitos seriam não só imediatos, mas também duradouros?

62. Existem ainda outros obstáculos à formação de um mundo mais justo e mais estruturado numa solidariedade universal: queremos falar do Nacionalismo e do racismo. Comunidades recentemente elevadas à independência política, é natural que se mostrem ciosas de uma unidade nacional ainda frágil e se esforcem por protegê-la. É também normal que as nações de cultura antiga se sintam orgulhosas do património que lhes legou a História. Mas estes sentimentos legítimos devem ser sublimados pela caridade universal, que engloba todos os membros da família humana. O Nacionalismo isola os povos, contrariando o seu verdadeiro bem. E seria particularmente nocivo onde a fraqueza das economias nacionais exige, pelo contrário, um pôr em comum de esforços, conhecimentos e meios financeiros, para se realizarem os programas de desenvolvimento e aumentarem os intercâmbios comerciais e culturais.

Racismo

63. O racismo não é apanágio exclusivo das nações jovens, onde ele se dissimula por vezes sob aparências de rivalidades de clãs e de partidos políticos, com notável detrimento da justiça e perigo da paz civil. Durante a era colonial, o ra-

cismo grassou com frequência entre colonos e indígenas, impedindo o recíproco e fecundo entendimento e provocando ressentimentos após injustiças reais. E continua ainda a ser obstáculo à colaboração entre nações desfavorecidas, e fermento de divisão e ódio, mesmo dentro dos próprios Estados, quando, contrariamente aos direitos imprescritíveis da pessoa humana, indivíduos e famílias se vêem injustamente submetidos a um regime de exceção por motivo de raça ou de cor.

Para um mundo solidário

64. Aflige-Nos profundamente tal situação, tão carregada de ameaças para o futuro. No entanto, não perdemos a esperança: sobre as incompreensões e os egoísmos, acabarão por prevalecer uma necessidade mais viva de colaboração e um sentido mais agudo da solidariedade. Esperamos que os países cujo desenvolvimento é menos avançado saibam aproveitar-se dos seus vizinhos para organizar uns com os outros, em áreas territoriais mais extensas, zonas de desenvolvimento combinado, estabelecendo programas comuns, coordenando os investimentos, repartindo as possibilidades de produção e organizando os intercâmbios. Esperamos também que as organizações multilaterais e internacionais encontrem, por meio da necessária reorganização, os caminhos que

permitam aos povos ainda subdesenvolvidos sair das situações difíceis em que parecem estar paralisados, e descobrir, na fidelidade ao seu carácter próprio, os meios do progresso social e humano.

Povos artífices do seu destino

65. A isto temos de chegar: a que a solidariedade mundial, cada vez mais eficiente, permita a todos os povos tornarem-se artífices do seu destino. Demasiadas vezes o passado se caracterizou por relações de força entre as nações: virá um dia em que as relações internacionais não-de possuir o cunho do respeito mútuo e da amizade, da interdependência na colaboração e da promoção comum sob a responsabilidade de cada membro. Os povos mais novos ou mais fracos reclamam a sua parte activa na construção de um mundo melhor, mais respeitador dos direitos e da vocação de cada um. A reclamação é legítima: a todos compete ouvi-la e satisfazê-la.

A CARIDADE UNIVERSAL

66. O Mundo está doente. O seu mal reside mais na crise de fraternidade entre os homens e entre os povos, do que na esterilização ou no monopólio, que alguns fazem, dos recursos do Universo.

Dever de acolhimento

67. Não é demasiado insistir sobre o dever de acolhimento — dever de solidariedade humana e de caridade cristã — que incumbe, tanto às famílias como às organizações culturais dos países que recebem. É necessário, sobretudo para os jovens, multiplicar os lares e as casas de acolhimento. Isto, em primeiro lugar, para os defender da solidão, do sentimento de abandono, e da angústia, que inutilizam toda a energia moral; também para os defender da situação malsã em que se encontram, forçados a comparar a extrema pobreza da sua pátria com o luxo e desperdício que muitas vezes os rodeiam; mais ainda, para os pôr

ao abrigo de doutrinas subversivas e de tentações agressivas, que os assaltam à simples lembrança de tanta «miséria imerecida» (58); e enfim, sobretudo em vista de, por meio do calor de um acolhimento fraterno, lhes comunicar o exemplo de uma vida sã, a estima da caridade cristã autêntica e eficaz, e o apreço dos bens espirituais.

Drama dos jovens estudantes

68. Confrange pensar que muitos jovens — vindos a países avançados receber a ciência, a competência e a cultura, que os hão-de tornar mais aptos para servir a pátria — adquirem certamente uma formação de alta qualidade mas, com frequência, perdem, ao mesmo tempo, a estima dos valores espirituais que, muitas vezes, eram tidos como património precioso nas civilizações que os viram crescer.

Trabalhadores emigrados

69. Deve-se o mesmo acolhimento aos trabalhadores emigrados que, economizando para aliviar um pouco a família que na sua terra natal ficou na miséria, vivem em condições por vezes desumanas.

70. A Nossa segunda recomendação dirige-se àqueles que são trazidos pelos seus negócios a países recentemente abertos à industrialização: industriais, comerciantes, chefes ou representantes de grandes empresas. Se no seu próprio país não se mostram faltos de sentido social, porque hão-de regressar aos princípios desumanos do individualismo quando trabalham em países menos desenvolvidos? A posição elevada que têm deve, pelo contrário, estimulá-los a serem iniciadores do progresso social e da promoção humana, precisamente onde se encontram por causa dos seus negócios. Até mesmo o sentido de organização que possuem, lhes devia sugerir os meios de valorizar o trabalho indígena, de formar operários qualificados, de preparar engenheiros e quadros, de dar lugar à iniciativa destes, de os introduzir progressivamente nos cargos mais elevados, preparando-os assim a participar, num futuro próximo, nas responsabilidades da direcção. Que pelo menos as relações entre chefes e subordinados sejam sempre baseadas na justiça e regidas por contratos regulares de obrigações recíprocas. Que ninguém, qualquer que for a sua situação, seja deixado injustamente entregue às arbitrariedades.

71. Alegramo-Nos ao ver aumentar cada vez mais o número de técnicos enviados, em missão de desenvolvimento, quer por instituições internacionais ou bilaterais, quer por organismos privados: «não procedam como dominadores mas como auxiliares e cooperadores» (59). Um povo depressa compreende se os que vêm em seu auxílio o fazem com ou sem amizade, para aplicar técnicas ou para dar ao homem todo o valor que lhe compete. A mensagem que trazem corre o risco de não ser aceite, se não é revestida de amor fraterno.

Qualidades dos peritos

72. À competência técnica necessária é preciso juntar sinais autênticos de amor desinteressado. Livres de qualquer superioridade nacionalista e de qualquer aparência de racismo, os peritos devem aprender a trabalhar em íntima colaboração com todos. A competência não lhes confere superioridade em todos os domínios. A civilização que os formou contém, certamente, elementos de humanismo universal, mas não é única nem exclusiva e não pode 'ser importada sem adaptação. Os agentes destas missões devem tomar a peito descobrir não só a história mas também as componentes e as riquezas culturais do

país que os acolhe. Estabelecer-se-á, deste modo, uma aproximação que fecundará uma e outra civilização.

Diálogo das civilizações

73. Entre as civilizações, como entre as pessoas, o diálogo sincero torna-se criador de fraternidade. A procura do desenvolvimento há-de aproximar os povos nas realizações, fruto dum esforço comum, se todos, desde os governos e seus representantes, até ao mais humilde dos técnicos, estiverem animados de amor fraterno e movidos pelo desejo sincero de construir uma civilização de solidariedade mundial. Então, abrir-se-á um diálogo centrado no homem e não nas mercadorias ou nas técnicas. E será um diálogo fecundo, na medida em que trouxer aos povos, que dele beneficiam, os meios para se educarem e espiritualizarem; na medida em que os técnicos se fizerem educadores; e na medida em que o ensino dado tiver características espirituais e morais tão elevadas, que possa garantir um desenvolvimento, não só económico mas também humano. Terminada a assistência, permanecerão as relações assim estabelecidas. Quem pode deixar de reconhecer quanto estas hão-de contribuir para a paz do mundo?

74. Muitos jovens já responderam com ardor e prontidão ao apelo de Pio XII, a favor do laicado missionário ⁽⁶⁰⁾. Numerosos são também os que espontâneamente se puseram à disposição de organismos, oficiais ou privados, de colaboração com os povos em fase de desenvolvimento. Alegremo-Nos por saber que, em algumas nações, o «serviço militar» pode tornar-se, em parte, «serviço social», unicamente «serviço». Abençoamos estas iniciativas e a boa vontade daqueles que a elas respondem. Oxalá todos os que seguem a Cristo oiçam o seu apelo: «Tive fome e destes-Me de comer, tive sede e destes-Me de beber, era peregrino e recolhestes-Me, estava nu e vestistes-Me, enfermo e visitastes-Me, prisioneiro e viestes ver-Me» ⁽⁶¹⁾. Ninguém pode ficar indiferente à sorte dos seus irmãos ainda mergulhados na miséria, atormentados pela ignorância e vítimas da insegurança. Como o coração de Cristo, também o coração do cristão deve compadecer-se desta miséria: «tenho compaixão deste povo» ⁽⁶²⁾.

Oração e acção

75. Ao Onnipotente há-de elevar-se fervorosa a oração de todos, para que a humanidade, depois de tomar consciência de tão grandes ma-

les, se aplique com inteligência e firmeza a exterminá-los. A esta oração deve corresponder, em cada um, o compromisso decidido de se empenhar, segundo as suas possibilidades e forças, na luta contra o subdesenvolvimento. Dêem-se as mãos fraternalmente, as pessoas, os grupos sociais e as nações, o forte ajudando o fraco a crescer, oferecendo-lhe toda a sua competência, entusiasmo e amor desinteressado. Mais do que qualquer outro, aquele que está animado de verdadeira caridade é engenhoso em descobrir as causas da miséria, encontrar os meios de a combater e vencê-la resolutamente. Artífice da paz, «prosseguirá o seu caminho, ateando a alegria, e derramando a luz e a graça no coração dos homens, por toda a terra, levando-os a descobrir, para lá de todas as fronteiras, rostos de irmãos, rostos de amigos» ⁽⁶³⁾.

Desenvolvimento é o novo nome da paz

76. As excessivas disparidades económicas, sociais e culturais provocam, entre os povos, tensões e discórdias, e põem em perigo a paz. Como dizíamos aos Padres conciliares, no regresso da Nossa viagem de paz à O.N.U., «a condição das populações em fase de desenvolvimento deve ser objecto da nossa consideração, ou melhor, a nossa caridade para com todos os pobres do Mundo — e eles são legiões infinitas — deve tornar-se mais

atenta, mais activa e mais generosa» (64). Combater a miséria e lutar contra a injustiça, é promover não só o bem-estar mas também o progresso humano e espiritual de todos e, portanto, o bem comum da humanidade. A paz não se reduz a uma ausência de guerra, fruto do equilíbrio sempre precário das forças. Constrói-se, dia a dia, na busca de uma ordem querida por Deus, que traz consigo uma justiça mais perfeita entre os homens (65).

Sair do isolamento

77. São os povos os autores e primeiros responsáveis do seu próprio desenvolvimento. Mas não o poderão realizar isolados. Fases deste caminho do desenvolvimento que leva à paz, são os acordos regionais entre os povos fracos a fim de se apoiarem mutuamente, as relações mais amplas para se entre-ajudarem e as convenções mais audazes, entre uns e outros, para estabelecerem programas comuns.

A caminho duma autoridade mundial eficaz

78. Esta colaboração internacional, estendida a todos, há-de ser preparada, coordenada e regida por certas instituições, até se construir uma ordem jurídica universalmente reconhecida. De todo

o coração, encorajamos as organizações que tomaram a peito esta colaboração no desenvolvimento e desejamos que a sua autoridade progreda. «A vossa vocação, dizíamos Nós aos representantes das Nações Unidas, em Nova Iorque, é a de levardes a fraternizar, não alguns só mas todos os povos (...). Quem não vê a necessidade de se chegar assim, progressivamente, ao estabelecimento duma autoridade mundial, em condições de agir eficazmente no plano jurídico e político?» (66).

Esperança num mundo melhor

79. Alguns julgarão utópicas tais esperanças. Pode ser que, no seu realismo, se enganem e não se tenham apercebido do dinamismo de um mundo que quer viver mais fraternalmente e que — apesar das suas ignorâncias e dos seus erros, e até dos seus pecados, das suas recaídas na barbárie e dos longos desvios fora do caminho da salvação — se vai aproximando lentamente, mesmo sem dar por isso, do seu Criador. Pede esforço e sacrifício este caminho para mais humanidade: mas o próprio sofrimento, aceite por amor dos nossos irmãos, é portador de progresso para toda a família humana. Os cristãos sabem que a união ao sacrifício do Salvador contribui para a edificação do Corpo de Cristo na sua plenitude: o povo de Deus reunido (67).

80. Neste caminhar, todos somos solidários. A todos, quisemos Nós lembrar a amplitude do drama e a urgência da obra que se pretende realizar. Soou a hora da acção! Estão em jogo a sobrevivência de tantas crianças inocentes, o acesso de tantas famílias infelizes a uma condição verdadeiramente humana, a paz do Mundo e o futuro da civilização. Que todos os homens e todos os povos assumam as suas responsabilidades.

APELO FINAL

Aos católicos

81. Exortamos primeiramente todos os Nossos filhos. Nos países em via de desenvolvimento, assim como em todos os outros, os leigos devem assumir como tarefa própria a renovação da ordem temporal. Se o papel da Hierarquia consiste em ensinar e interpretar autênticamente os princípios morais que se hão-de seguir neste domínio, pertence aos leigos, pelas suas livres iniciativas e sem esperar passivamente ordens e directrizes, imbuir de espírito cristão a mentalidade e os costumes, as leis e as estruturas da sua comunidade de vida (⁶⁸). São necessárias modificações e são indispensáveis reformas profundas: devem eles esforçar-se decididamente por insuflar nestas o espírito evangélico. Aos Nossos filhos católicos que pertencem aos países mais favorecidos, pedimos o contributo da sua competência e da sua participação activa nas organizações oficiais ou privadas, civis ou religiosas, empenhadas em ven-

cer as dificuldades das nações em fase de desenvolvimento. Cabe-lhes, sem dúvida, ter muito a peito o ser contados entre os primeiros de quantos trabalham por estabelecer, na realidade dos factos, uma moral internacional de justiça e de equidade.

Aos outros cristãos e crentes

82. Não duvidamos de que todos os cristãos irmãos Nossos, hão-de querer aumentar o seu esforço comum e organizado, com o fim de ajudarem o mundo a triunfar do egoísmo, do orgulho e das rivalidades, a ultrapassar as ambições e injustiças, a permitir a todos o acesso a uma vida mais humana, onde cada um seja amado e ajudado como próximo, como irmão. E, comovido ainda pelo Nosso inesquecível encontro, em Bombaim, com os Nossos irmãos não-cristãos, de novo os convidamos a trabalharem, de todo o coração e com toda a sua inteligência, para que todos os filhos dos homens possam levar uma vida digna de filhos de Deus.

Aos homens de boa vontade

83. Por fim, voltamo-Nos para todos os homens de boa vontade, conscientes de que o caminho da paz passa pelo desenvolvimento. Delegados às instituições internacionais, homens de

Estado, publicistas, educadores: todos, cada um no seu campo, sois os construtores de um mundo novo. Suplicamos a Deus Todo-Poderoso esclareça a vossa inteligência e fortifique a vossa coragem para despertardes a opinião pública e conduzirdes os povos. Educadores, compete-vos a vós estimular, desde a infância, o amor para com os povos que vivem na miséria. Publicistas, a vós pertence pôr diante dos nossos olhos os esforços realizados no sentido da ajuda mútua entre os povos, assim como o espectáculo das misérias que os homens tendem a esquecer para tranquilizar a consciência: que, ao menos, os ricos saibam que os pobres estão à sua porta e esperam os sobejos dos festins.

Aos homens de Estado

84. Homens de Estado: incumbe-vos mobilizar as vossas comunidades para uma solidariedade mundial mais eficaz e, sobretudo, levá-las a aceitar os impostos necessários sobre o luxo e o supérfluo, a fim de promoverem o desenvolvimento e salvarem a paz. Delegados às organizações internacionais, de vós depende que perigosas e estéreis oposições de forças dêem lugar à colaboração amiga, pacífica e desinteressada, a favor de um desenvolvimento solidário da humanidade, onde todos os homens possam realizar-se.

85. Se é verdade que o mundo sofre por falta de convicções, Nós convocamos os pensadores e os sábios — católicos, cristãos, os que honram a Deus, os que estão sedentos de absoluto, de justiça e de verdade: todos os homens de boa vontade. Seguindo o exemplo de Cristo, ousamos pedir-vos instantemente: «buscai e encontrareis» (69). Abri os caminhos que levam, pelo auxílio mútuo, a um aprofundamento do saber, a ter um coração grande, a uma vida mais fraterna numa comunidade humana verdadeiramente universal.

Mãos à obra, todos à uma

86. Vós todos que ouvistes o apelo dos povos na aflição, vós que vos empenhais em responder-lhes, vós sois os apóstolos do bom e verdadeiro desenvolvimento, que não consiste na riqueza egoísta e amada por si mesma, mas na economia ao serviço do Homem, no pão' quotidiano distribuído a todos como fonte de fraternidade e sinal da Providência.

Bênção final

87. De todo o coração, Nós vos abençoamos e chamamos todos os homens de boa vontade a unirem-se a vós fraternalmente. Porque, se o de-

envolvimento é o novo nome da paz, quem não deseja trabalhar para ele com todas as forças? Sim, a todos convidamos a responderem ao Nosso grito de angústia, em nome do Senhor.

Vaticano, festa da Páscoa, 26 de Março de 1967.

PAULO VI, PAPA

NOTAS

(¹) Cf. *Acta Leonis XIII*, t. XI (1892), pp. 97-148.

(²) Cf. AAS 23 (1931), pp. 177-228.

(³) Cf. AAS 53 (1961), pp. 401-464.

(⁴) Cf. AAS 55 (1963), pp. 257-304.

(⁵) Cf. principalmente Rádio-Mensagem de 1 de Junho 1941 no 50.º aniversário da *Rerum Novarum*, AAS 33 (1941), pp. 195-205; Rádio-Mensagem do Natal 1942, AAS 35 (1943), pp. 9-24; Alocução a um grupo de operários no aniversário da *Rerum Novarum*, 14 de Maio 1953, AAS 45 (1953), pp. 402-408.

(⁶) Cf. Encíclica *Mater et Magistra*, 15 de Maio 1961, AAS 53 (1961), p. 440.

(⁷) *Gaudium et Spes*, n.º 63-72, AAS 58 (1966), pp. 1084-1094.

(⁸) *Motu Proprio Catholicam Christi Ecclesiam*, 6 de Janeiro 1967, AAS 59 (1967), p. 27.

(⁹) Encíclica *Rerum Novarum*, 15 de Maio 1891, *Acta Leonis XIII*, t. XI (1892), p. 98.

(¹⁰) *Gaudium et Spes*, n.º 63, § 3.

(¹¹) Cf. *Luc*, VII, 22.

(¹²) *Gaudium et Spes*, n.º 3, § 2.

(¹³) Cf. Encíclica *Immortale Dei*, 1 de Novembro 1885, *Acta Leonis XIII*, t. V (1885), p. 127.

(¹⁴) *Gaudium et Spes*, n.º 4, § 1.

(¹⁵) L.-J. Lebreton, O. P., *Dynamique concrète du développement*, Paris, Economie et Humanisme, Les Editions Ouvrières, 1961, p. 28.

(¹⁶) 2 *Tessal*, III, 10.

(¹⁷) Cf. por exemplo J. Maritain, *Les conditions spirituelles du progrès et de la paix*, em *Rencontre des cultures à l'UNESCO sous le signe du Concile œcuménique Vatican II*, Paris, Mame, 1966, p. 66.

(¹⁸) Cf. *Mateus*, V, 3.

(¹⁹) *Génésis*, I, 28.

(²⁰) *Gaudium et Spes*, n.º 69, § 1.

(²¹) 1 *João*, III, 17.

(²²) *De Nabuthe*, c. 12, n.º 53, P. L. 14, 747. Cf. J.-R. Palanque, *Saint Ambroise et l'empire romain*, Paris, de Boccard, 1933, pp. 336 sq.

(²³) «Lettre à la Semaine sociale de Brest», em *L'homme et la révolution urbaine*, Lyon Chronique sociale, 1955, pp. 8 e 9.

(²⁴) *Gaudium et Spes*, n.º 71, § 6.

(²⁵) Cf., *ibid.*, n.º 65, § 3.

(²⁶) Encíclica *Quadragesimo Anno*, 15 de Maio 1931, AAS 23 (1931), p. 212.

(²⁷) Cf. por exemplo Colin Clark, *The conditions of economic progress*, 3 ed., London, Macmillan & Co., New York, St. Martin's Press, 1960, pp. 3-6.

(²⁸) «Lettre à la Semaine sociale de Lyon», em *Le travail et les travailleurs dans la société contemporaine*, Lyon, Chronique sociale, 1965, p. 6.

(²⁹) Cf. por exemplo M.-D. Chenu, O. P., *Pour une théologie du travail*, Paris, Editions du Seuil, 1955.

(³⁰) *Mater et Magistra*, AAS 53 (1961), p. 423.

(³¹) Cf., por exemplo, O. von Neil-Breuning S. J., *Wirtschaft und Gesellschaft*, t. 1: *Grundfragen*, Freiburg, Herder, 1956, pp. 183-184.

(³²) *Efésios*, IV, 13.

(³³) Cf., por exemplo, D. M. Larrain Errazuris, Bispo de Talca (Chile), Presidente da CELAM, *Desarrollo: Exito o Fracaso en America Latina: llamado de un Obispo a los Cristianos*, 1965, Edit. Universidad Católica, Santiago, Chile.

(³⁴) *Gaudium et Spes*, n.º 26, § 4.

(³⁵) *Mater et Magistra*, AAS 53 (1961), p. 414.

(³⁶) *L'Osservatore Romano*, 11 de Setembro 1965.

(³⁷) Cf. *Mateus*, XIX, 6.

(³⁸) *Gaudium et Spes*, n.º 52, § 2.

(³⁹) Cf. *ibid.*, n.º 50-51 (e nota 14), n.º 87, § 2 e 3.

(⁴⁰) *Ibid.*, n.º 15, § 3.

(⁴¹) *Mateus*, XVI, 26.

(⁴²) *Gaudium et Spes*, n.º 57, § 4.

(⁴³) *Ibid.*, n.º 19, § 2.

(⁴⁴) Cf., por exemplo, J. Maritain, *L'humanisme intégral*, Paris, Aubier, 1936.

(⁴⁵) H. de Lubac, S. J., *Le drame de l'humanisme athée*, 3.ª ed., Paris, Spes, 1945, p. 10.

(⁴⁶) *Pensées*, ed. Brunschvicg, n.º 434, Cf. M. Zundel, *L'homme passe l'homme*, Le Caire, Editions du Lien, 1944.

(⁴⁷) Alocução aos representantes das religiões não cristãs, 3 de Dezembro de 1964, AAS 57 (1965), p. 132.

(⁴⁸) *Tiago II*, 15-16.

(⁴⁹) Cf. *Mater et Magistra*, AAS 53 (1961), pp. 440 sq.

(⁵⁰) Cf. AAS 56 (1964), pp. 57-58.

(⁵¹) Cf. *Encicliche e Dircorsi di Paolo VI*, vol. IX, Roma, ed. Paoline, 1966, pp. 132-136.

(⁵²) Cf. *Luc.* XVI, 19-31.

(⁵³) *Gaudium et Spes*, n.º 86, § 3.

(⁵⁴) *Luc.* XII, 20.

(⁵⁵) Cf. Mensagem ao Mundo em 4 de Dezembro 1964. Cf. AAS 57 (1965), p. 135.

(⁵⁶) Cf. AAS 56 (1964), pp. 639 sq.

(⁵⁷) Cf. *Acta Leonis XIII*, t. XI (1892), p. 131.

(⁵⁸) Cf. *ibid.*, p. 98.

(⁵⁹) *Gaudium et Spes*, n.º 85, § 2.

(⁶⁰) Cf. Encíclica *Fidei Donum*, 21 de Abril 1957, *AAS* 49 (1957), p. 246.

(⁶¹) *Mateus*, XXV, 35-36.

(⁶²) *Marc.* VIII, 2.

(⁶³) Alocução de João XXIII, por ocasião da entrega do Prémio Balzan em 10 de Maio 1963, *AAS* 55 (1963), p. 455.

(⁶⁴) *AAS* 57 (1965), p. 896.

(⁶⁵) Cf. Encíclica *Pacem in terris*, 11 de Abril 1963, *AAS* 55 (1963), p. 301.

(⁶⁶) *AAS* 57 (1965), p. 880.

(⁶⁷) Cf. *Efésios*, IV, 12; *Lumen Gentium*, n.º 13.

(⁶⁸) Cf. *Apostolicam Actuositatem*, n.º 7, 13 e 24.

(⁶⁹) *Luc.* XI, 9.

ÍNDICE ANALÍTICO

- Acção social, 39, 75, 80.
Acolhimento (Dever de), 67.
Acordos multilaterais, 52.
Acordos regionais, 64, 77.
Agricultura, 24, 29, 57, 60.
Alfabetização, 35.
Amizade, 19, 20, 43, 52, 65.
Amor fraterno, 20, 23, 72, 83.
Armamentos, 53.
Aspirações dos homens, 1, 6, 13.
Assistência aos fracos, 45-55.
Autoridade mundial, 78.
Avareza, 18, 19, 49.
Bem comum, 21, 24, 31, 38.
Bens, 9, 18, 22, 23, 26, 40, 41.
Camponeses, 9.
Capitalismo liberal, 26.
Caridade, 22, 28, 44, 62, 66-75, 76.
Caritas Internationalis, 46.
Civilização, 4, 9, 10, 14, 17, 40, 41, 44, 49, 68, 72, 73, 80.
Colectivização, 33.
Colonialismo (e Neo-), 7, 52.
Colonização, 7, 52, 63.
Comércio, 22, 44, 56-61.

Concílio Vaticano II, 1, 3, 4, 5, 22, 24, 40, 48, 76.
Concorrência, 26, 33, 59-60.
Condição humana, 20-21.
Consciência (Exigências da), 37, 47.
Contratos (Justiça dos), 59, 70.
Convênções internacionais, 61.
Cooperação mundial, 43, 48, 51-55, 64, 65, 74, 76, 79, 84.
Corpos intermediários, 33.
Crentes em geral, 82, 85.
Crescimento, 6, 14-19, 34, 47, 50. Cf. Progresso.
Crescimento humano, 1, 6, 16, 34, 84.
Criação, 22, 27.
Cristo, 1, 12, 13, 16, 21, 40, 74, 79, 85.
Cristãos em geral, 82, 85.
Cultura, 21, 29, 30, 40, 62, 72.
Demografia, 37.
Desequilíbrio do mundo, 8, 57.
Desproporções revoltantes, 9, 76.
Deus, 16, 21, 27, 37, 41, 42, 49, 79, 83.
Deus (Espírito de), 32.
Diálogo, 51, 54, 72.
Dignidade humana, 21, 30, 32, 37, 39, 54.
Dinheiro, 26, 28.
Direito natural, 59.
Economia, 8, 25, 26, 57, 59-61, 86.
Egoísmo, 21, 28, 49, 64, 82, 86.
Educadores, 48, 73, 83.
Emigrados, 69.
Empréstimos, 54.
Ensino, 73.
Equidade do comércio, 56-65.
Esbanjamento, 53, 67, 84.
Esforço, 15, 16, 22, 47, 55, 56, 82.
Esperança num mundo melhor, 79.
Espírito cristão, 81.
Estudantes estrangeiros (Drama dos), 68.

Evangelho, 1, 12, 32, 81.
Exportações, 57.
Expropriações, 24.
Família, 10, 36, 67.
FAO, 46.
Fome, 1, 3, 35, 45-47, 53, 74.
Fraternidade, 27, 44, 66, 78, 79, 85, 86, 87.
Fundo mundial, 51-53.
Gerações (Conflito das), 10, 36.
História, 1, 13, 17, 62, 73.
Homens de Estado, 84.
Humanismo, 16, 20, 42, 72.
Ideal a realizar, 21, 41.
Ideologias totalitárias, 11.
Igreja e desenvolvimento, 1-5, 12-21.
Impostos, 47, 84.
Independência nacional, 6, 62.
Industrialização, 25-26, 29.
Instituições, 10, 12, 71, 78.
Interpretação autêntica da lei moral, 37, 81.
Investimentos, 47.
Isolamento (Sair do), 77.
Jovens, 47, 67-68, 74.
Juízos de Deus, 49.
Justiça, 4, 22, 44, 59, 61, 70, 76, 85.
Justiça e paz, 5.
Laicado, 74, 81.
Lei moral, 37.
Liberalismo, 26, 34, 36, 58-61.
Liberdade, 6, 15, 33, 37, 39, 47.
Lucro, 26.
Luxo, 84.
Materialismo, 18, 39, 41.
Matrimônio, 37.
Meios financeiros, 62.
Mercado, 57, 58, 60, 61.

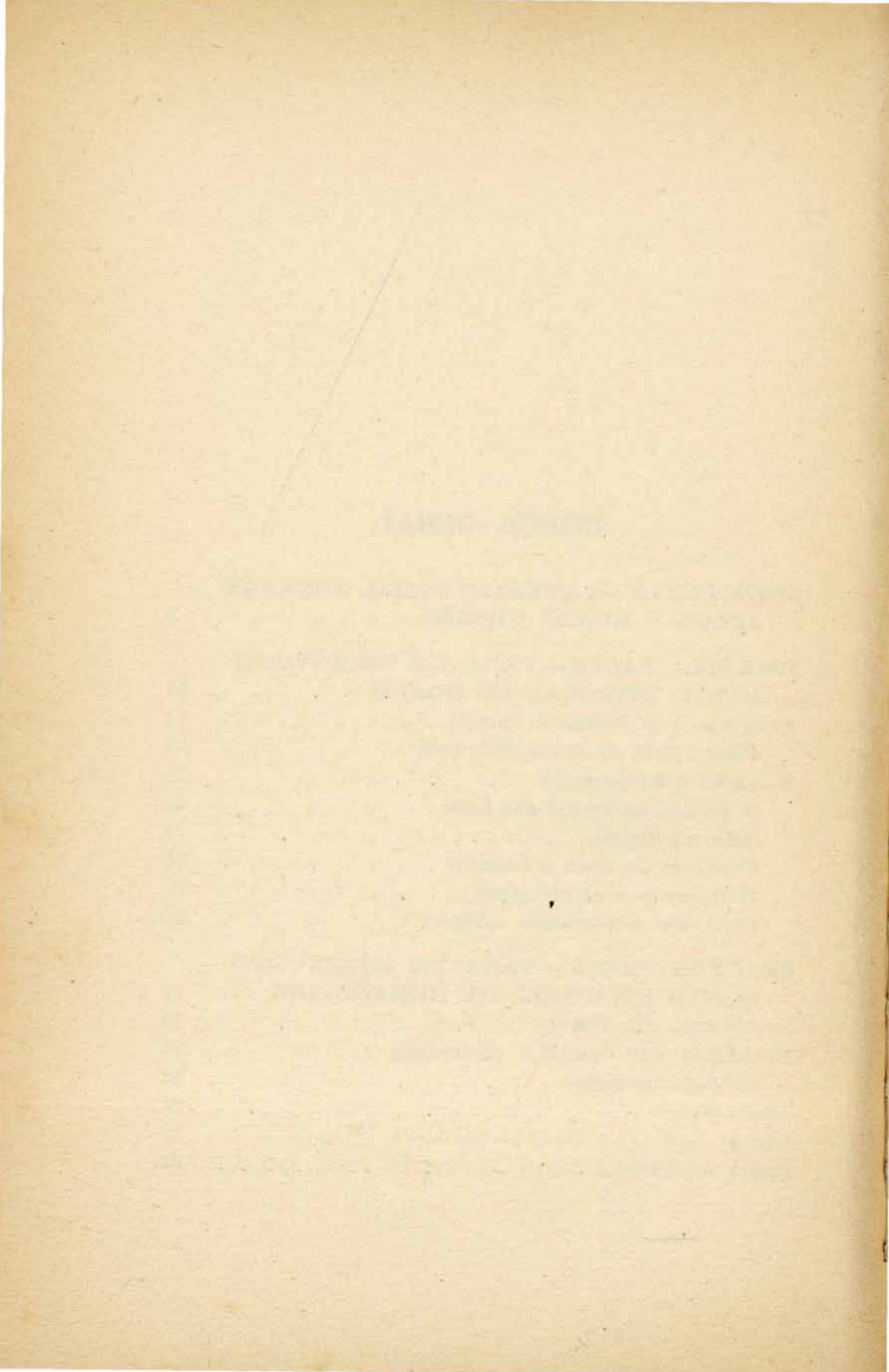
Mercado comum, 60.
 Militares (Despesas), 51, 53.
 Mínimo vital, 21.
 Miséria, 1, 6, 29, 47, 51, 53, 74, 76, 83.
 Missionários, 12, 74.
 Missões de desenvolvimento, 71.
 Moral conjugal, 37.
 Moral internacional, 58-65, 81.
 Nacionalismo, 62, 72.
 Oligarquia, 9.
 ONU, 4, 76, 78.
 Oração, 20, 75.
 Organismos de colaboração, 74.
 Organizações internacionais, 35, 64, 81, 84.
 Organizações profissionais, 38-39.
 Padres da Igreja (Ensino social dos), 23.
 Papas (Ensino social dos), 2.
 Participação, 1, 6, 30, 54.
 Património histórico, 40, 62, 68.
 Paz, 21, 55, 63, 73, 75, 76-80, 87.
 Peritos, 71, 72.
 Pessoa (Direitos da), 31, 33, 34, 36, 63.
 Planificação, 33. Cf. Programas.
 Pobres, 4, 5, 8, 9, 12, 23, 33, 40, 41, 47, 49, 55, 76, 83.
 Pobreza (Espírito de), 21.
 Poder, 9, 21, 32.
 Poderes públicos, 23, 33, 35, 37, 47. Cf. Homens de Estado.
 Política dos Estados, 13, 54. ,
 Posse (Abusos da), 21.
 Preços justos, 57-61.
 Produção, 34.
 Programas, 33-34, 50, 62, 64, 77.
 Progresso, 5, 10, 12, 22, 25, 26, 34-35, 44, 50. Cf. Crescimento.
 Promoção cultural, 40.

Propriedade, 22, 23, 26.
Pluralismo sindical, 39.
Questão social mundial, 3, 9.
Racismo, 47, 63, 72.
Recursos (Pôr em comum os), 43.
Reformas, 32, 81.
Relações internacionais, 61, 65.
Rendimentos (Uso dos), 24.
Responsabilidade, 9, 25, 70, 80.
Revolta, 28.
Revolução, 11, 31.
Ricos, 23, 33, 41, 44, 47, 48, 49, 83, 86.
Sábios, 20, 36, 40, 85.
Sacrifício redentor, 79.
Salário justo, 59.
Sentido comunitário, 17.
Sentido social, 70.
Serviço militar, 74.
Serviço social, 74.
Sinais dos tempos, 13.
Solidariedade universal, 1, 17, 44, 48, 62, 64-65, 67,
73, 80, 84.
Supérfluo, 49, 84.
Técnica, 10, 34.
Técnicos, 20, 41-48, 71-73.
Trabalho, 9, 17, 18, 21, 22, 25-28, 48, 69.
Tradição, 10. Cf. Património histórico.
UNESCO, 35.
Urgência da obra a realizar, 29, 32, 53, 80.
Valores espirituais, 18, 20, 21, 28, 41, 42, 49, 67-68, 79.
Verdade, 13, 16.
Violência (Tentação da), 11, 30.
Vocação, 15, 42, 65.



ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO—A QUESTÃO SOCIAL ABRANGE AGORA O MUNDO INTEIRO	5
PRIMEIRA PARTE—PARA UM DESENVOLVI- MENTO INTEGRAL DO HOMEM	11
A Igreja e o Desenvolvimento	17
<i>Visão cristã do desenvolvimento</i>	19
A Acção a Empreender	25
<i>O destino universal dos bens</i>	25
<i>Industrialização</i>	27
<i>Urgência da obra a realizar</i>	30
<i>Programas e planificação</i>	32
<i>Para um humanismo integral</i>	39
SEGUNDA PARTE—PARA UM DESENVOLVI- MENTO SOLIDÁRIO DA HUMANIDADE	41
Assistência aos Fracos	45
Equidades das relações comerciais	61
A caridade universal	61
Apelo Final	71
Notas	77
Índice Analítico	81



NIHIL OBSTAT.

Coimbra, 3 de Abril de 1967

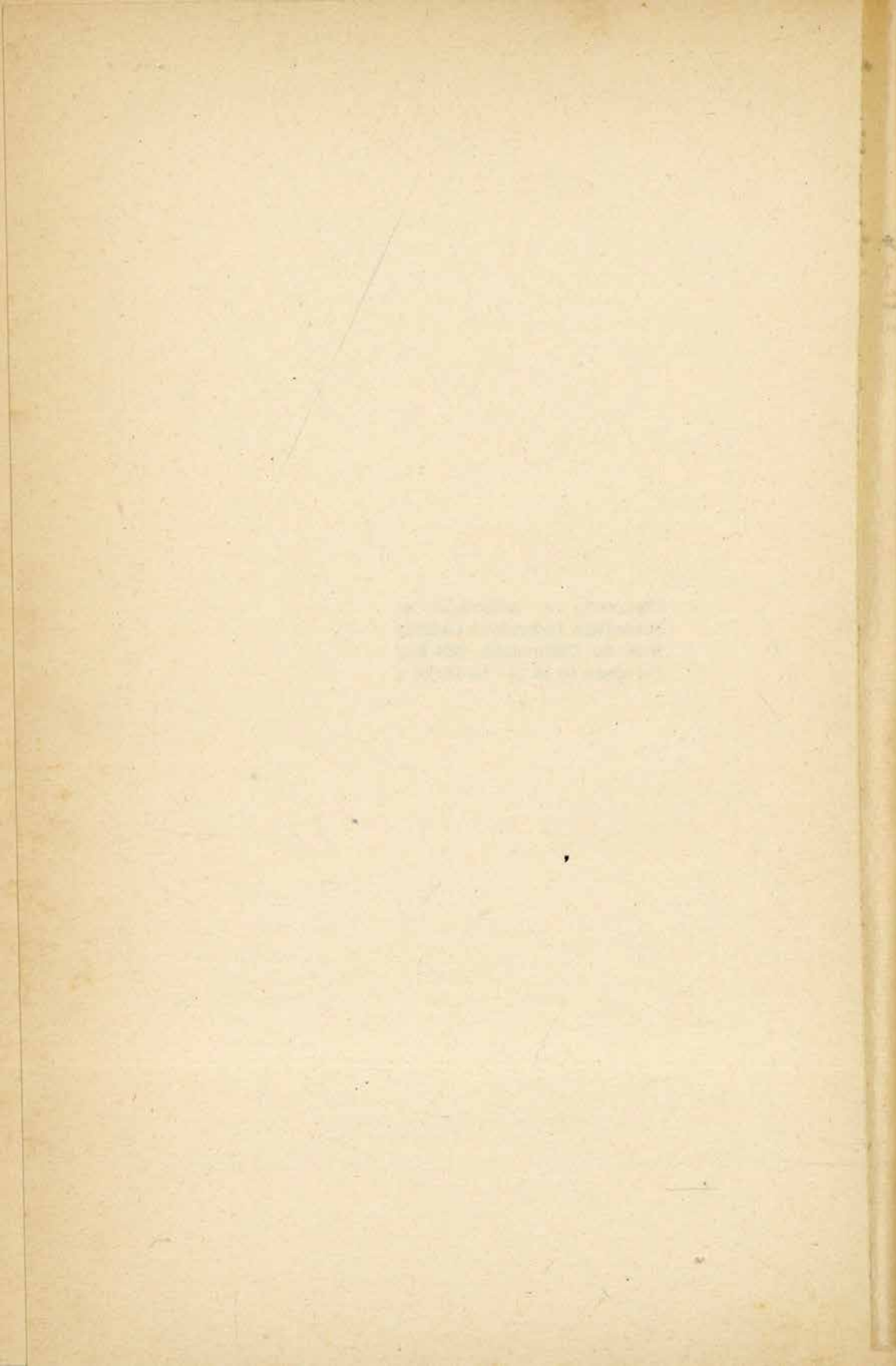
PADRE JOSÉ MORAIS

IMPRIMATUR.

Coimbra, 3 de Abril de 1967

† ERNESTO, ARCEBISPO-BISPO DE COIMBRA

Composto e impresso na
Sociedade Industrial Gráfica
Rua de Campolide, 133-B-C
Telefone 68 16 12 - LISBOA 1





0927138